

RUMO À OPERAÇÃO CONDOR - DITADURA, TORTURA E OUTROS CRIMES.

Neusah Cerveira¹

Resumo

Este artigo analisa os casos Cerveira/Rita Pereda como uma estréia bem sucedida ou o embrião que gestou a Operação Condor. Ele sustenta que a Operação Condor partiu dos órgãos de repressão brasileiros e posteriormente foi aperfeiçoada pelo governo dos EUA, até desaparecer temporariamente nas selvas da Nicarágua, no final da experiência sandinista. O artigo traz também uma entrevista concedida pelo coronel Brilhante Ustra, onde ele reconhece que houve tortura e desaparecimento dos corpos de militantes durante a ditadura brasileira. O texto objetiva também por um ponto final na “Lenda da Boa Ditadura”, demonstrando que no Brasil ela foi tão ou mais violenta quanto em qualquer outro país e o pior, devido à falta de punição desses crimes hediondos, deixou uma herança de práticas policiais de tortura que persiste até o dia de hoje.

Palavras-Chave:

Operação Condor; Ditadura; Tortura; Violência estatal; Brasil (1964/1984).

Abstract

This article analyses the Cerveira/Rita Pereda cases as a quite succeeded debut or the embryo which developed into the Condor's Operation. It sustains that the idea of Condor's Operation arose from the brazilian repressions organs and was improved by the USA government until temporarily disappear into the Nicaragua jungles by the end of the sandinista experience. The article also includes an interview given by Colonel Brilhante Ustra, who recognized the torture and disappearance of militant's bodies during the brazilian dictatorship. It also aims to a conclusion for the “Legend of the Good Dictatorship”, revealing that in Brazil it was so or more violent as any other country and worst, due to lack of punishment of these hideous crimes, it left a heritage of torture practices that persists until now.

Keywords:

Condor's Operation; Dictatorship; Torture; State-Owned Violence; Brazil (1964/1984).

Neusah Cerveira

A idéia de realizar uma pesquisa sobre a Operação Condor surgiu quando conheci o Professor e ex-presos político paraguaio Martim Almada, por ocasião da entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência, no ano de 2002. Ele, como meu pai (Joaquim Pires Cerveira, então já falecido), era um dos agraciados.

Já sabia que Martim Almada havia descoberto toneladas de documentos numa Delegacia do Paraguai, que comprovavam a colaboração dos órgãos de Segurança do Cone Sul no seqüestro e extermínio de opositores das ditaduras de pelo menos quatro países do subcontinente. Conversamos muito e começamos a trocar informações.

Para mim, a descoberta não era surpresa, já que estava fazendo esse levantamento desde o seqüestro de meu pai, e de João Batista de Rita Pereda, em 1973, em Buenos Aires, numa operação conjunta dos órgãos de Segurança brasileiros e argentinos. E sabia que, em princípios de 1974, o resto dos companheiros da organização em que Joaquim Pires Cerveira militava naquele momento - como Joel e Daniel Carvalho, Onofre Pinto e o jovem argentino Ruggia - tiveram o mesmo destino.

Durante o preparo de minha Dissertação de Mestrado,² consegui mais documentos que apontavam nessa direção, e que embora não tivessem sido utilizados naquela pesquisa, apareceram no decorrer do estudo. Obtive também material testemunhal e jornalístico que, somado a meu acervo pessoal de quase 30 anos, apontavam um caminho. A história teimava em aparecer.

No princípio, o que me incomodava um pouco era que os jornalistas e pesquisadores da época (como o historiador norte-americano John Dinges, por exemplo) insistiam em que essa colaboração só tivera início a partir de 1975, totalmente idealizada e tutelada pelos EUA.³

Isso aguçou mais ainda minha curiosidade. Decidi, então, começar a pesquisa, utilizando o material pessoal, documental e testemunhal que havia acumulado e mais a contribuição do Professor Almada.

Prioritariamente, a pesquisa não tinha como objetivo focar o caso de Cerveira e seus companheiros de organização e muito menos adquirir cunho memorialista. Porém, após dialogar com a bibliografia que foi surgindo dos pesquisadores da Operação Condor e de depoimentos, no Brasil e noutros países envolvidos, o caminho apontava para uma surpreendente descoberta: os casos Cerveira/Rita Pereda foram mais ou menos uma história bem sucedida, ou o embrião que gestou a Operação Condor.

Claramente, as ditaduras, através desse braço terrorista que se tornou a Condor, tinham certa autonomia no que se referia a aplicar técnicas aprendidas na Escola das

Américas/EUA, onde muitos oficiais latino-americanos - brasileiros inclusive - foram treinados. Já na minha Qualificação para Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, procurei demonstrar isso para a Banca Examinadora, composta pelos Drs. Antonio Rago, Osvaldo Coggiola e Marcos Silva.

Percebi que nessa primeira fase, até o golpe do Chile (1973), a Condor deixava muitos rastros, provas e testemunhas. Pude concluir preliminarmente que, no momento em que a CIA e outras Agências americanas passaram a participar na operacionalização e execução do trabalho de extermínio, assumindo sua Coordenação direta, a Condor se refinou. Isso fez com que os casos pós-1975 passassem a ser de mais difícil comprovação.

Posso afirmar que a idéia da Operação Condor partiu dos órgãos de repressão brasileiros, e posteriormente foi aperfeiçoada pelos EUA, até desaparecer temporariamente nas selvas da Nicarágua, no final da experiência sandinista. Posso afirmar também, baseada em pesquisas e documentos, que o que criou a Operação Condor permanece, e só pede uma razão para ser reativado.

Este texto, em alguns momentos, adquire uma dimensão memorialista, em função de não poder escapar do fato de que fui um personagem desses fatos históricos que me propus analisar, mas procuro ir além disso. Há muito ainda a ser desvendado, não só por mim, como por colegas brasileiros e de outras nacionalidades. Os últimos escritos de Dinges, Stella Calloni, Patrice Mc Sherry e Almada seguem a mesma direção que foi colocada como hipótese desde o início desta pesquisa.⁴

Uma questão importante é a tentativa de furar todos os bloqueios e conseguir entrevistas com alguns dos participantes dos Órgãos de repressão que atuaram na Condor. Conquistei nesse sentido bastante coisa, inclusive uma entrevista com o Coronel Ustra, o famigerado “Dr. Tibiriçá”. O pesquisador tem que se expor para garimpar a verdade, e ainda há muita verdade a ser garimpada.

Casos mais recentes da Operação Condor, que estão fora do meu recorte temporal, não foram analisados aqui, mas são do meu conhecimento, até por ter tido militância com Direitos Humanos, sendo uma das fundadoras do GTNM e do CBA.

O golpe militar de 1964 e seus desdobramentos não apenas marginalizaram as lideranças políticas de esquerda, os nacionalistas, os liberais e até golpistas notórios, como Carlos Lacerda.⁵ Muito mais do que isso, desencadearam um processo de militarização do estado brasileiro. O Conselho de Segurança Nacional passou a ser o núcleo do regime. As cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos eram da competência do presidente da República, “Ouvido o Conselho de Segurança Nacional”.⁶

Generais e Coronéis passaram a ocupar ministérios estratégicos e os Ministros Civis foram transformados em meros funcionários tutelados pelas Forças Armadas. A ideologia

do regime militar estendeu-se também às universidades, influenciando na escolha de reitores e nas linhas de pesquisas científicas, restringindo o livre curso das idéias entre professores e alunos. Entre 1964 e 1984, o SNI (Serviço Nacional de Informações) assumiu caráter gigantesco, infiltrando-se em todos os segmentos da sociedade brasileira.

O Legislativo e o Judiciário tiveram seus poderes atrofiados, o Congresso Nacional foi fechado em quatro oportunidades, mais de cinco mil cidadãos foram punidos com a cassação de mandatos e direitos políticos, doze mil brasileiros foram processados, condenados e presos. Perseguidos por motivos ideológicos, dez mil brasileiros rumaram para o exílio. Quase duzentos cidadãos brasileiros simplesmente desapareceram, depois de serem seqüestrados pela repressão do regime.

A Ordem dos Advogados do Brasil, regional São Paulo, no ano de 1978, enviou um documento ao general presidente Ernesto Geisel, contendo propostas de emendas constitucionais, visando ao restabelecimento da normalidade democrática no país:

É estarrecedor o rol das medidas de exceção ora vigentes. Além dos dezessete atos institucionais e cento e trinta atos editados a partir de 1964, quase mil leis excepcionais foram baixadas sob os mais variados pretextos e objetivos.⁷

O golpe de 1964 encastelou no poder um grupo de militares fanáticos pela doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), organizada em 1946. Ao longo de quase vinte anos, os militares e civis da ESG formularam e desenvolveram a doutrina e formaram uma nova “elite” para dirigir o país. Várias tentativas de golpe de estado, durante as décadas de 50 e 60 haviam falhado. Mas, em 1964, a Segurança Nacional estava no poder.

Entre os diversos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), José Alfredo Amaral Gurgel, que foi delegado da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) em São Paulo, resumiu, em seu livro *Segurança e Democracia*, baseado nos manuais de estudo da ESG, “(...) os objetivos nacionais permanentes” nos seguintes pontos: integridade territorial; integração nacional; democracia; progresso; paz social; soberania. Fica óbvio que os objetivos são por demais abrangentes e vagos e na prática, têm pouco a ver com Segurança Nacional.

No manual básico da ESG, existia a afirmação de que cabia às elites do país o papel de mola propulsora do processo de mudanças, mas advertia que todo cuidado ainda era pouco, com as associações populares e sindicais que, através de badernas e rebeliões, poderiam atrapalhar esse processo:

Os trabalhadores tendem a colocar as suas reivindicações corporativas acima dos interesses nacionais, sendo ainda susceptíveis às influências de propaganda comunista.⁸

Rumo à operação Condor

O superpoder exercido pelo grupo ideológico egresso da Escola Superior de Guerra (em sua maioria militares), em nome de uma pretensa democracia, dava carta branca aos executores da Lei de Segurança Nacional. Além de qualquer limite, censura, acima do bem e do mal, a autoridade responsável pelos inquéritos praticava todo tipo de violência, com a garantia da absoluta impunidade. Em nome da segurança, estava instaurada no país a Insegurança Nacional.⁹

O Exército recebeu a tarefa de submeter a nação aos ditames da ideologia golpista. Com a intenção de subjugar qualquer tentativa de reação democrática, foram criados organismos de repressão, sendo o primeiro deles a OBAN (Operação Bandeirante), lançada em junho de 1969, que, posteriormente, recebeu a denominação de DOI-CODI (Departamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna).

Havia também organismos não oficiais clandestinos, que serviam ao sistema, como o Esquadrão da Morte, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A organização denominada Tradição Família e Propriedade (TFP), embora fosse uma associação legal, possuía, segundo depoimentos, uma facção ilegal, inclusive com centros de treinamento de guerrilha anticomunista em Minas Gerais:

A TFP durante a década de 50 do Século XX, era visível o crescimento, dentro da Igreja, de setores que apoiavam as lutas populares e a defesa dos direitos dos pobres e oprimidos socialmente, num prenúncio do que viria a ser a “Teologia da Libertação”. Em reação a esse processo, surgiu a “Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade”, mais conhecida pela sigla TFP, uma organização católica de extrema direita, cujos membros recebem treinamento paramilitar, e cujo ideário é bastante próximo ao neonazismo, exceto pela pregação religiosa bastante fanática e obscurantista que caracteriza esta organização.

A TFP existe até os dias de hoje, e organiza campanhas contra a reforma agrária (para eles, uma bandeira dos comunistas), contra o direito ao aborto, e contra o Projeto de Lei da Parceria Civil Registrada, e possui fortes financiadores, não somente da alta hierarquia da Igreja Católica, mas também de setores do grande empresariado.¹⁰

Um terceiro braço da repressão, talvez o mais terrível e que só recentemente veio à luz e está sendo desvendado e denunciado, foi a Operação Condor, ou melhor, é a Operação Condor, visto que, segundo farto material jornalístico nacional e internacional, inclusive depoimentos de participantes, continua em atividade. De acordo com o descobridor dos Arquivos do Terror, o advogado paraguaio e ex-preso político Martin Almada A Operação Condor continua em funcionamento:

O advogado e ex-prisioneiro político paraguaio, Martín Almada apresentou os chamados “arquivos do terror” à Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Uruguai, onde sustenta que a operação repressiva continua em andamento no Cone Sul. Entre os documentos entregues nesta quinta-feira à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, há declarações do uruguaio Gustavo Insaurrealde, militante do Partido pela Vitória do Povo, que teriam sido obtidas sob tortura, além de informações sobre seu traslado em avião militar à Argentina. O documento denuncia uma lista de 40 uruguaios detidos no Paraguai pela ditadura, além de outro documento que indicaria os nomes dos co-fundadores da Operação Condor e dos possíveis “vãos da morte” em ambos países. Almada também diz ter encontrado documento que mostra que, em abril de 1997, “um coronel paraguaio disse a um colega equatoriano: envio aqui uma lista de subversivos paraguaios para a elaboração de uma lista de subversivos da América Latina”. O ativista denuncia também que, durante a presidência de Carlos Menem na Argentina, um grupo de militares esteve reunido em Bariloche para intercambiar dados e nomes de “subversivos da região”. Ele disse ainda que as reuniões também foram feitas em 1997, em Quito, capital do Equador, em 1999, em La Paz, capital da Bolívia, e em Santiago do Chile, em 2001. O ex-prisioneiro político e advogado enfatizou que o militar paraguaio Carlos Calcagno deve “prestar contas” à justiça paraguaia por sua suposta participação num episódio de tortura a Insaurrealde, do Partido pela Vitória do Povo.¹¹

A Operação Condor foi responsável por milhares de assassinatos e desaparecimentos de militantes revolucionários latino-americanos. A multiplicidade das prisões, tortura e morte dos que ousavam levantar suas vozes contra as atrocidades cometidas pela ditadura militar conduziu o país a uma situação em que quem prezasse minimamente os caminhos democráticos e os direitos fundamentais do homem, sentia-se aviltado e impedido a reagir contra a ditadura e a procurar formas de restabelecer as instituições.

Artistas, intelectuais, estudantes, trabalhadores não viram outra alternativa que não o confronto direto com o regime militar. As formas foram as mais variadas. Do abaixo-assinado à luta armada, pode-se dizer que todas as vias possíveis foram utilizadas para acabar com a ditadura.

Na análise da opção brasileira das esquerdas pela luta armada, foram levados em conta os antecedentes de 1964, na conjuntura internacional e latino-americana e mais especificamente seus reflexos no Brasil, onde se destaca o populismo, a esquerda no pós-guerra, resgatando a História do Partido Comunista Brasileiro (PCB), suas dissidências e “rachas”. Destacando também as opções nacionalistas e popular-reformistas, enquanto via de compreender os diversos matizes da luta armada no Brasil, representados pelos mais de 70 partidos e organizações que escolheram a via armada como forma possível para a imediata derrubada da ditadura militar.¹²

Os órgãos de repressão, sua gênese e atuação foram analisados. Alguns representantes do aparato repressivo foram entrevistados e prestaram depoimentos. Outros se recusaram a fazer qualquer tipo de relato ou entrevista, mas foram denunciados pelos depoimentos de suas vítimas sobreviventes e pela documentação disponível.

O decreto 4.553, sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e regulamentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é um retrocesso na abertura de documentos históricos, pois amplia os prazos de sigilo de documentos secretos, confidenciais e reservados e prevê a renovação indefinida para documentos ultra-secretos. Ele viola o direito fundamental de acesso à informação, garantido no artigo 5º, inciso 33, da Constituição: *Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas na forma da lei, sob pena de responsabilidade.*

Quando se fala então em pesquisar, no Brasil, documentos do período ditatorial, é um Deus-nos-acuda. Com exceção dos arquivos das delegacias de ordem política e social, que foram abertos pelos governos estaduais na década de 90, os demais continuam fechados a sete chaves. Até quando? ¹³

O início da década de 60, em plena vigência da Guerra Fria e com a recente vitória da Revolução Cubana (1958), encontra o Capitalismo numa nova fase de expansão hegemônica, que não queria admitir outras surpresas. O clima político no Brasil nessa década era de confronto. O golpe militar foi apenas uma primeira “sarrafada” no movimento popular que existia, e deve-se lembrar que os golpistas conseguiram apoio em setores expressivos das classes médias.¹⁴

A ameaça comunista era uma realidade na cabeça dos governantes dos países do Primeiro Mundo. E o Sistema Capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos da América do Norte, não podia tolerar a idéia de perder mais nenhuma posição na América Latina.

As idéias de Régis Debray varriam o continente americano, insuflando novos projetos nas mentes dos jovens latino-americanos, consolidando nos comunistas mais velhos a idéia de que poderia ter-se chegado ao momento-limite, onde uma situação revolucionária estava prestes a conduzir forças alternativas de representação a ponto de substituírem formas representativas institucionais vigentes.¹⁵ A revolução estava em marcha, e o caminho era personificado nas ações do poético revolucionário “CHE”.¹⁶

No Brasil, não era diferente. Após o período de Nacional-Desenvolvimentismo, comandado por Juscelino Kubitschek, chega à Presidência da República (1960) a figura enigmática de Jânio Quadros, tendo como vice-presidente - eleito pela sigla do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - João Goulart, mais conhecido como Jango, latifundiário e político experiente (ex-ministro do Trabalho no último governo de Getúlio Vargas, e

vice-presidente do governo de Juscelino Kubitschek), gaúcho, identificado com a atuação fortemente populista de seu cunhado, o também gaúcho e Governador do Rio Grande Sul Leonel Brizola. O PCB, muito autoritário e ligado aos postulados marxista-leninistas, defendendo à época as teses gradualistas da revolução por etapas, antes de chegar ao Socialismo, não queria entrar em choque com os governos populistas da época anterior a 1964.

Iniciava-se, assim, uma luta triste: os sindicatos rurais, controlados pelo PCB, e as Ligas Camponesas foram severamente reprimidos pelos governos do Nordeste. O período 1961/1964 foi de extrema agudização das lutas camponesas e das divergências entre suas várias tendências, enfraquecendo o movimento que, no momento do desfecho do golpe militar, foi pego desarticulado, desunido, sem as mínimas condições de resistência, com o agravante de não contar com armamentos, como era a orientação do PCB.

O princípio da década de 60 ficou marcado na história brasileira, dentre outras experiências, pela presença de movimentos de trabalhadores do campo. Inicialmente, emergiram as Ligas Camponesas, fundadas para reivindicar terra e caixão para enterrar os lavradores mortos,¹⁷ que se expandiram, conseguindo certa expressão no Nordeste, reivindicando direitos democráticos para os camponeses. Logo depois do golpe de 64, aumentou consideravelmente a repressão civil e militar sobre os trabalhadores, especialmente os líderes do movimento no campo, que foram punidos com prisões, torturas e mortes, nem sempre registradas pela falta de comunicação entre o campo e aqueles que ainda preservavam requisitos mínimos de cidadania nas metrópoles.

O governo de Castelo Branco chegou a legalizar o Estatuto da Terra, elaborado ainda em 1964, com propostas moderadas de reforma agrária, mas o documento tornou-se letra morta devido à modernização conservadora da economia e da sociedade. Essa modernização também atingiu a zona rural, nos anos 60 e 70, com o Estado induzindo transformações nas relações sociais no campo, criando condições gerais propícias ao desenvolvimento do Capitalismo, indicando sua crescente penetração na agricultura, redundando numa transformação da maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou volantes, em vez de assalariados fixos nas fazendas: o trabalho de bóia-fria seria o mais conveniente para a valorização do capital, também compatível com outras formas de sociabilidade, como o colonato e a parceria.

O presidente Jânio Quadros, com poucos meses de governo, após uma lacônica carta de renúncia, viu sua aspiração de voltar à presidência pelos braços do povo frustrada e sua decisão homologada.

O vice-presidente João Goulart pretendeu assumir a Presidência, como previsto na Constituição, e apressou seu regresso de uma viagem oficial à China. Enquanto isso, no Brasil, Leonel Brizola liderava um movimento - Campanha pela Legalidade - para asse-

gurar a posse de Jango na Presidência da República. Com isso, Brizola e os “legalistas” pretendiam que fosse cumprida a Constituição do Brasil, evitando um golpe militar em andamento. Através desse golpe, os militares, juntamente com amplas alianças entre setores da burguesia, somadas ao apoio e respaldo internacional, queriam evitar que Jango assumisse o posto. Jango foi aconselhado a mudar a rota de sua volta, entrando pelo sul do país, assegurando dessa maneira o fortalecimento das forças legalistas, empenhadas em garantir sua posse.

Jango estava na China à frente de uma representação comercial e diplomática, e os três ministros militares - Odylio Denis, do Exército, Grum Moss, da Aeronáutica, e Sílvio Heck, da Marinha - lançaram uma proclamação vetando a sua posse na presidência. Segundo Heller,

Foi o mesmo grupo golpista que agiu em 1945, que tentou depor Getúlio Vargas em 54 e impedir a posse de Juscelino em 55. E que, em 1961, se movimentou para impedir a posse de Jango. Cautelosamente, Jango começou a retornar ao Brasil. Esteve na Austrália e na França, adiando o seu retorno. Enquanto isso, as forças democráticas se mobilizavam e Leonel Brizola criou a cadeia da legalidade no Rio Grande do Sul, exigindo respeito à Constituição e a posse de João Goulart.¹⁸

O golpe militar de 1964 já vinha sendo articulado desde o momento da posse de Jango como vice-presidente, talvez até antes. Na realidade, o “perigo vermelho” era evidentemente superestimado pela direita para efeito de propaganda; a “ameaça”, porém, existia, na medida em que os movimentos de massa questionavam a ordem política e econômica do Capitalismo dependente; embora a retórica reformista e populista de Jango estivesse bem distante de concretizar algo além de algumas reformas de base, que em nenhum momento ameaçariam o desenvolvimento do Capitalismo no Brasil, Capitalismo esse do qual Jango nunca esteve afastado, ou a ponto de pretender liquidar de forma revolucionária, substituindo-o por uma nova ordem político-econômica.

Segundo Skidmore,¹⁹ as duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial viram um dilúvio de mudanças políticas, no Brasil. A democracia e as eleições livres voltaram em 1945. Getúlio Vargas, um ex-ditador, conseguiu usar a democracia em seu proveito, voltando ao poder como presidente democraticamente eleito em 1951, tendo como suas metas fundamentais desenvolver e por em prática um ambicioso plano econômico em que se exigia o controle estatal da indústria petrolífera, provocando uma grande luta política, ao mesmo tempo em que o Brasil era forçado a introduzir um programa de estabilização econômica que se chocava com as esperanças de crescimento nutridas pelo Presidente da República. Dessa forma, a fraqueza da economia favoreceu o jogo de seus inimigos, levando a uma crise política e a seu suicídio.

Complementado o período do mandato, um político brilhante e cheio de entusiasmo, da própria facção de Getúlio, sucedeu-o e foi capaz de realizar o desenvolvimento econômico que Getúlio buscara. Juscelino Kubitschek trazia um novo otimismo para a realização de um projeto ousado que envolvia o Brasil, a construção de Brasília, uma nova capital. Mas as conquistas do novo presidente tinham seu lado negativo, e após quatro anos de governo, a inflação desencadeada por sua política de crescimento levou a uma crise política e econômica bastante grave, embora a política econômica de Juscelino Kubitschek diferísse em muito da de Getúlio Vargas, a começar pela receptividade do primeiro ao capital estrangeiro. As conquistas de J. K. mostram seu lado negativo após quatro anos de governo. A inflação desencadeada por sua política de crescimento conduziu, entre outros fatores, a uma crise política tão grave e contínua que propiciou a articulação silenciosa e lenta dos conspiradores contra o regime democrático. Os militares aproveitaram-se do primeiro momento de fragilidade institucional e tomaram o poder em 1964, mantendo-se nele durante vinte e um anos, sendo que logo no primeiro ano, formaram uma aliança com a União Democrática Nacional (UDN), um partido tradicionalmente antipopulista -, tentando legitimar a tomada ilegal do poder.

Ao ser desferido, o golpe militar não havia encontrado nenhuma forma de resistência armada imediata e significativa. Dentro deste contexto, os militares tornaram-se cada vez mais repressivos, censurando a imprensa, usando a tortura em seus esforços para esmagar toda oposição a seu governo, mas duas questões importantes surgiram para aglutinar uma oposição emergente ao novo regime: o recrudescimento da falta das mínimas liberdades e a política econômica.

De qualquer forma, prevaleceu a ofensiva contra-revolucionária e o golpe militar foi desferido no dia 31 de março de 1964, a resistência esperada não se concretizou, e a Junta dos três ministros militares assumiu tranqüilamente o poder, enquanto Jango e Brizola saíam do Brasil. Este último ainda ensaiou uma resistência, mas isolado no Rio Grande do Sul, e abandonado pelos reforços militares com que contava, teve que desistir, e embarcar juntamente com o cunhado deposto rumo ao exílio no Uruguai.

Indicado pela junta golpista, o General Humberto de Alencar Castelo Branco assume a Presidência da República, e imediatamente começa o processo de expurgo nos mais variados setores da sociedade. Os Atos Institucionais sucedem-se, cassando mandatos políticos, colocando militares que não aderiram ao golpe na reserva, suspendendo por dez anos direitos políticos de todos os que, de uma forma ou de outra, colocaram-se em defesa da manutenção das instituições democráticas.

Muitos progressistas e comunistas foram presos, inclusive estudantes. Todos responderam a processos, acusados de “subversivos”, figura jurídica criada pela ditadura, para prender, torturar e matar aqueles que, de alguma forma, a ela se opusessem.

Os anos foram passando, os Generais ditadores sucedendo-se na presidência, as prisões e perseguições políticas recrudescendo; os opositores do regime, acossados, resistiam como podiam, quando foi desferido contra a Nação o Ato Institucional nº 5, em 1968, que liquidou de vez com qualquer prerrogativa judicial que pudesse proteger os perseguidos políticos, agora chamados de “terroristas” e, quando presos, barbaramente torturados nos sinistros porões dos DOI-CODI e da temida Operação Bandeirantes (OBAN).

Sem direitos mínimos de cidadania e Justiça, assistindo ao refinamento da instrumentalização das formas de tortura, e a inúmeros assassinatos de companheiros presos, muitos dos agrupamentos e partidos agora organizados, conhecidos através de siglas, representativas dos diversos matizes ideológicos, mas em princípio, com pelo menos um objetivo comum - a derrubada da ditadura -, decidiram partir para o confronto imediato, através da luta armada.

Os grupos que pretendiam fazer a guerrilha rural no Brasil não apresentavam uma análise mais consistente das relações de trabalho no campo, e muito menos se davam conta das transformações econômicas por que passava toda a Economia, em particular no que tange ao avanço diversificado e acelerado do Capitalismo no mundo rural, mas alguns grupos armados começaram a esboçar uma discussão mais aprofundada do tema já nos anos 70. A repressão feroz não lhes deu tempo para irem adiante.

Somado a estes fatores, o total descontrole do governo sobre o aparelho repressor contribuiu para radicalizar gradualmente uma oposição armada, cujo ápice se deu em 1969, através do grupo guerrilheiro Aliança Libertadora Nacional (ALN), que tentou aplicar uma estratégia inspirada em Fidel Castro, sendo seu principal teórico, um de seus fundadores e líder máximo Carlos Marighela, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro, que chegou a elaborar um manual de instrução de guerrilha urbana, onde colocava que grupos estritamente organizados poderiam derrubar uma ditadura.

A análise sobre o conceito de luta armada foi enfatizada neste estudo, associada a ações que tenham um caráter social de mudança, quando setores da sociedade, majoritários ou não recorreram às armas, como forma de reagir contra a opressão, salvaguardar seus direitos e sua forma de pensar, mas não necessariamente atrelado ao conceito de Revolução Social Marxista, mesmo que o conceito vá se cristalizando entre os militantes no decorrer do processo de resistência ou insurreição armada.

A estratégia da Guerra Popular Prolongada foi utilizada por alguns partidos durante a resistência armada brasileira à ditadura militar na década de 70. O Partido Comunista

do Brasil (PC do B) utilizou algumas táticas desta estratégia na lendária Guerrilha do Araguaia. O PCR - Partido Comunista Revolucionário - teve sua gênese nos argumentos maoístas, baseando programa, tática e atuação na famosa “Carta dos Doze Pontos” de Mao Tsé Tung.²⁰

Dentro desse contexto, Ridenti colocou que a experiência guerrilheira que mais se destacou e se desenvolveu na sociedade brasileira nos anos 60 e 70 - a única que realmente merece o nome de guerrilha rural - foi a do PC do B na região do Araguaia, sul do Pará. Desde 1966, o partido já tinha gente morando na região, depois foram chegando novos moradores do PC do B ao local, geralmente pessoas muito procuradas nas cidades pela polícia, por vinculação ao movimento estudantil. Teoricamente,

O PC do B discordava do foquismo inspirado na Revolução Cubana, era crítico dos grupos de esquerda que negavam a idéia do partido na condução da guerrilha rural, bem como das atividades da guerrilha urbana. O não-envolvimento do PC do B com as ações armadas nas cidades permitiu que a organização se preservasse relativamente das investidas policiais, o que lhe deu melhores condições de realizar o sonho de tantos outros grupos: deflagrar a guerrilha rural.²¹

Contudo, sabe-se que este tipo de resistência se deu dentro de um contexto internacional que não pode ser ignorado num estudo sério sobre o período; e mais ainda, dentro de um panorama em que as idéias de Régis Debray e a vitória da Revolução Popular cubana varriam o continente americano, insuflando a mente da burguesia intelectualizada, principalmente da América Latina, que enfrentava uma quase totalidade de ditaduras militares, estratégia utilizada naquele momento histórico como forma de domínio e organização imperialista pelo Capitalismo, em busca de concretizar sua hegemonia.²²

Muito se especulou sobre a participação dos Estados Unidos no golpe militar de 31 de Março de 1964 no Brasil. A participação que houve em nada determinou seu desfecho. A impressionante sucessão de erros do então presidente brasileiro João Goulart, no primeiro trimestre de 1964, pressionado por seu cunhado Leonel Brizola e por Miguel Arraes (Governador de Pernambuco) no sentido de uma radicalização de esquerda em pleno cenário da Guerra Fria, foi equivalente a um suicídio político. E a organização de setores empresariais (privados e também públicos, mais a participação de grandes empresas multinacionais) contra aquele governo transformou o suicídio em homicídio.²³ Terá havido, sem dúvida, em Washington, uma sensação de alívio diante do desfecho desse processo.

O receio norte-americano da ‘perda do Brasil’ para as esquerdas tinha sido um pesadelo comparável ao da perda da China, em 1949. A movimentação de navios, descrita como ‘Operation Brother Sam’, partindo de Aruba, no Caribe, para a costa brasileira, era parte de um planejamento de contingência, que nenhuma superpotência se absteria de fa-

Rumo à operação Condor

zer em área de interesse vital. A Operação Brother Sam foi iniciada quando João Goulart chegou em Porto Alegre, em 2 de Abril de 1964, e foi informado de que o governo dos Estados Unidos já havia reconhecido o novo governo brasileiro. Jango, então, foi aconselhado pelo general Argemiro de Assis Brasil a se exilar no Uruguai.

Com o desfecho bem-sucedido do golpe, sob o chefe do Estado-Maior do Exército General Castelo Branco - sem derramamento visível de sangue -, a ‘Operação Brother Sam’²⁴ foi desativada quando os navios Americanos estavam ainda no Caribe, longe das costas do Brasil, a 11 dias do Rio de Janeiro.²⁵

Embora a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) seja amplamente conhecida por ter estado envolvida na ação encoberta contra Goulart, levando ao golpe, seus arquivos operacionais sobre a intervenção no Brasil permanecem classificados - para a consternação dos historiadores. O analista de arquivos Peter Kornbluh pediu à Agência para “*erguer o véu de segredo para um dos episódios mais importantes da intervenção dos Estados Unidos na história da América Latina*”, desclassificando completamente o registro das operações da CIA no Brasil. As administrações Clinton e Bush conduziram significativas desclassificações em relação aos regimes militares no Chile e na Argentina. Ele notou que:

A desclassificação do registro histórico no golpe de 1964 e nos regimes militares que se seguiram no Brasil avançaria os interesses dos Estados Unidos em fortalecer a causa da democracia e dos direitos humanos no Brasil, e no resto da América Latina.²⁶

Reza o artigo 59 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil: *Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.*

A compreensão do que pode ser considerado como tortura é muito importante para o desenvolvimento deste estudo. Trata-se de mecanismo milenar, dotado de crueldade e totalmente desumano, que se utiliza da força física ou psíquica para negar ao cidadão o direito de preservar sua integridade e, muitas vezes negar-lhe a participação na vida política do país. Assim, podemos compreender o que é a tortura, embora nunca possamos justificar porque se utilizou essa prática em pleno século XX nas ditaduras da América Latina, muitas vezes não mais para obter informações de um preso já subjugado e sem ter o que confessar. Analisamos os relatos dos entrevistados que, em diferentes ocasiões, a tortura foi usada no Brasil por sadismo, legitimada, todavia, pelo regime político. A Associação Médica Mundial definiu tortura como:

A imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por uma ou mais pessoas, atuando por conta própria ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, como fim de forçar outra pessoa a dar informações, confessar, ou por outra razão qualquer.²⁷

A lei penal em vigor no Brasil que regulamenta a tortura, Lei nº 9.455/97, não definiu o vocábulo tortura, até porque não é de costume ao nosso legislador brasileiro fazê-lo. Contudo, menciona o tipo penal básico para que se constitua o crime de tortura. Segundo o Promotor de Justiça Jarbas Bezerra, em seu livro sobre tortura,²⁸ (...) *que a falta de conceituação legal, com certeza, gerará injustiças quando da apreciação judicial nos casos concretos.*

Entre os animais irracionais, quando um mata o outro, o faz para sua alimentação ou para sua defesa. Torturar pelo simples prazer de torturar é capacidade que só o homem elaborou. A tortura, então, carrega em si uma ligação muito grande com o sadismo. Nos casos específicos que abordamos neste trabalho, isto fica muito claro.

Por uma questão ética, não vamos descrever as modalidades da tortura que foram praticadas contra os opositores das ditaduras militares latino-americanas.²⁹ Durante esta pesquisa e a que realizei anteriormente para o Mestrado,³⁰ pude perceber, nas entrevistas e nos depoimentos, a grande humilhação e quase vergonha que as vítimas sobreviventes à tortura do regime ditatorial, carregam. Muitos, inclusive, ainda pedem que não se diga que foram torturados; outros, que sabidamente não o foram ou que sofreram tortura psicológica, fazem questão absoluta que se diga que foram torturados. Concluímos, então, que o corpo físico do ser humano é a morada da sua honra, da sua dignidade, em última análise, da sua humanidade. Quando tem o corpo físico violado, o ser humano sente como se tivesse perdido um pouco de sua honra e dignidade. Sente-se um pouco menos humano, desumanizado, acha impossível recuperar essas perdas.

A Operação Condor infligiu, a tortura física em indivíduos subjugados, que ela já estava determinada a eliminar, e foi além, estendeu o suplício a seus familiares quando desapareceu com os restos mortais de vítimas, deixando suas famílias a viverem uma eterna tortura psicológica de não saber ao certo o que houve com o seu ente querido.

Durante os tempos da mais intensa busca dos chamados ‘subversivos’, atendia eu na Cúria Metropolitana, semanalmente, a mais de vinte senão cinquenta pessoas. Todas em busca do paradeiro dos seus parentes. Um dia ao abrir a porta do gabinete, vieram ao meu encontro duas senhoras, uma jovem e uma outra de idade avançada. A primeira, ao sentar-se na minha frente, colocou de imediato um anel sobre a mesa dizendo: ‘É a aliança do meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã na soleira da porta.’ Sr. Padre, que significa esta devolução? É sinal de que está morto, ou é um aviso que eu continue a procurá-lo? Até hoje, nem ela nem eu tivemos resposta a essa interrogação dilacerante.³¹

Alguns dos depoimentos constantes do livro *Brasil Nunca Mais*³² chegam a suplantarem práticas habitualmente associadas à era medieval e à Inquisição. As vítimas encontravam-se em situação totalmente desfavorável pela legislação autoritária vigente no país. O sistema repressivo passou a dispor de seus próprios “aparelhos”, nos quais os “presos políticos” eram mantidos em cárcere privado, após serem seqüestrados, e a maioria deles encontrou a morte nesses lugares. Os poucos que escaparam quase nada viram desses locais devidamente equipados e adaptados para todo o tipo de tortura, porque eram mantidos, durante todo o tempo, encapuzados.

Podem-se citar alguns locais mais conhecidos: a “casa dos horrores”³³ (em Fortaleza), a “casa de Petrópolis”³⁴ (no Rio de Janeiro), o “Colégio Militar”³⁵ (em Belo Horizonte).

O primeiro resquício protetor indireto contra a tortura e pelo reconhecimento da cidadania foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, ao declarar a igualdade entre os homens e a submissão dos governantes às leis, expressando em alguns dos seus artigos as seguintes determinações: *Os homens nascem e são livres e iguais em direitos* (Art. 1º); *Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar as ordens arbitrárias devem ser punidos* (Art. 7º).

Sempre é bom lembrar que no século XX, em 10 de dezembro de 1948, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas promulgou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, pode-se ver a proibição expressa contra a tortura, mais precisamente no seu artigo 5º: *“Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano, ou degradante”*.

O crime de tortura cometido mediante seqüestro: esse ato era a privação de liberdade de locomoção de alguém, e as torturas que se deram durante o regime militar em nosso país eram precedidas de prisões ilegais, verdadeiros seqüestros. Assim, justifica-se a causa do aumento da pena do executor em razão do maior padecimento da vítima e pela enorme ousadia de quem a praticou. Ressalte-se que o seqüestro deverá ter como fim as figuras típicas insertas na lei de tortura, tais como: submissão da vítima com o fim de obter informação, declaração ou confissão; para provocar tortura por discriminação racial ou religiosa, etc. Na inexistência de qualquer circunstância típica da lei de tortura, o agente responderá pelo crime de seqüestro, devidamente inserido no artigo 148 do Código Penal ou, se houver pedido de resgate, pela extorsão mediante seqüestro, devidamente inserida no artigo 159 do Código Penal.

O legislador brasileiro estabeleceu, no § 5º do artigo 1º da Lei de Tortura, que a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público. Estes efeitos são automáticos. Desta feita, condenado o réu, com o trânsito em julgado de sentença penal, de plano, deverá perder aqueles vínculos. Não é necessário sequer que o juiz faça constar na

sentença, à semelhança dos efeitos secundários do artigo 91 do Código Penal. Tratando-se de crime tão grave, o dispositivo merece louvor, não se justificando que o condenado possa continuar no exercício do cargo, função ou emprego público. Esclarece-se, ainda, que também está sujeito à perda do cargo aquele que se omite em evitar a prática de tortura ou apurá-la, já que o parágrafo em exame não o exclui do efeito da condenação, como o fez o § 7º, do artigo 1º da Lei nº 9.455/97.

Extraterritorialidade da lei: a matéria disciplinada no artigo 2º da Lei nº 9.455/97 nos artigos 5º e 7º do Código Penal. Desta forma, buscou o legislador um maior alcance para punir os torturadores, não optando pelo contido no § 3º do artigo 7º, do Código Penal. Estabeleceu no artigo 2º da Lei de Tortura o seguinte: Art. 2º - *O dispositivo nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.*

Sabe-se que cada país pune os crimes praticados no âmbito de sua jurisdição; sendo a jurisdição um dos atributos da soberania do Estado, torna-se impossível imaginar a incidência de jurisdição de um Estado sobre a soberania de outro. Sem dúvida, haverá choques de jurisdição e, com certeza, esses choques deverão ser solucionados através de tratados e convenções internacionais. Na época em que nos encontramos, é inaceitável a idéia de um Estado impor sua lei interna a outro também soberano. Dessa forma, o citado dispositivo legal torna-se inócuo face à soberania dos Estados.³⁶

A questão que se coloca atualmente em relação às atrocidades cometidas pelas ditaduras latino-americanas é a da anistia recíproca, que carece de qualquer fundamento moral já que

A anistia a pessoas envolvidas na violação dos direitos humanos é uma medida condenável, pois cria uma impressão de impunidade e de falta de padrões de conduta claros. Na prática, isso acaba resultando num estímulo à tortura e outros abusos contra os direitos humanos. Assim se resume a posição da Anistia Internacional sobre o assunto, de acordo com o biólogo australiano James Welsh, 40, coordenador dos grupos médicos do Secretariado Internacional, em Londres, sede mundial da organização. (...)

Embora considere um progresso inquestionável o processo de democratização em vários países da América Latina, Welsh ressalva que nem sempre isso significou o fim da tortura e das violações aos direitos humanos. O caso brasileiro apresenta perspectivas de mudança, com a nova Constituição. Além disso, o governo do presidente José Sarney, embora tenha assinado, em setembro de 1985, a Convenção da ONU contra a tortura, não a submeteu ao Congresso para ratificação, condição para que a adesão se concretize. Em maio de 1986, o secretário-geral da Anistia Internacional, em visita ao Brasil, constatou, em conversa com o Ministro da Justiça Paulo Brossard, que o processo estava perdido em algum ponto dos trâmites burocráticos. (...) Os programas médicos da Anistia Internacional surgiram após a reunião de 1973 em Paris quando, diante de várias denúncias de cumplicidade de profissionais de saúde com a violação

Rumo à operação Condor

de direitos humanos pelos governos de diversos países a organização decidiu lançar sua primeira campanha específica contra a tortura. O primeiro grupo médico surgiu em Copenhague, capital da Dinamarca, com o objetivo de ajudar ex-presos a superar o trauma físico e psicológico da tortura e dos maus tratos na prisão. Desse primeiro núcleo, com nove membros, os grupos médicos foram se expandindo e contam hoje com cerca de 8 mil profissionais de saúde – entre médicos, psicólogos, enfermeiros – em trinta países.

Apêndice:

Entrevista do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra a Neusah Cerveira (via internet).³⁸

NEUSAH CERVEIRA - O senhor poderia fazer um breve resumo de sua atuação nas Forças Armadas Brasileiras, ressaltando os momentos que considera mais relevantes?

BRILHANTE USTRA - *A minha atuação foi somente no Exército, durante os mais de 40 anos de serviços prestados. Houve um período de um ano, em 1974, em que trabalhei na Escola Nacional de Informações, do antigo SNI.*

Fui sempre um oficial voltado para o dia a dia da vida militar, nos quartéis. Só me afastei dessa rotina quando comande o DOI/CODI/II Exército e quando fui Adido do Exército, no Uruguai.

NC - Quando do Movimento Civil/Burocrático/Militar de 31 de março de 1964, que resultou na deposição do então Presidente João Goulart, qual a sua participação (se houve), ou em qual momento decidiu aderir?

BU - *Antes de acontecer a Contra-Revolução de 1964 os militares estavam divididos. A propaganda comunista que imperava no governo se fazia sentir no interior dos quartéis, onde existiam 4 correntes de opinião:*

- Dos comunistas, chamados de vermelhos;

- Dos que se opunham ao movimento comunista, chamados de azuis;

- Dos nacionalistas extremados, mais chegados às idéias dos vermelhos;

- Dos legalistas, a favor da manutenção do governo, mais ligados aos azuis.

Todos sabiam a posição de cada um. Eu pertencia aos azuis.

No dia 31 de março de 1964, como ninguém disparou o primeiro tiro, não houve luta. O bom senso predominou e os comunistas sentiram que se reagissem seriam dominados. Preferiram aguardar por outra oportunidade,

NC – Quais foram as razões que levaram alguns oficiais militares - como, por exemplo, o Major Joaquim Pires Cerveira - a se oporem ao movimento?

BU - *Como já disse a oposição à Contra-Revolução, inicialmente, ocorreu só no aspecto ideológico, quando a maioria manteve as suas convicções.*

Os “vermelhos” e os nacionalistas extremados não se conformando com a vitória dos contra-revolucionários, foram excluídos do Exército, mas a família continuou recebendo a pensão militar, como se eles tivessem falecido.

Inquéritos militares foram abertos para apurar a subversão nos quartéis, a corrupção e o “peleguismo” que dominava o país.

Os “vermelhos” e a maioria dos nacionalistas extremados ingressaram nas organizações subversivo-terroristas que optaram pela luta armada e que, desde o tempo de Jânio Quadros, vinham se formando para implantar um regime comunista no país, alegando para o povo que lutavam pela redemocratização do Brasil.

Hoje, está plenamente comprovado, que eles nunca pensaram em reempossar João Goulart. E, caso vencessem, Jango seria um dos primeiros a ser fuzilado no “paredão”.

Creio que quase todos os militares são nacionalistas. Querem o progresso e o bem da nação, não aprovam ser explorados por outros países, qualquer que seja a ideologia deles. Querem o progresso do Brasil, a melhor distribuição da riqueza e não a distribuição da pobreza. Desejam, também, que tudo isso seja

Neusah Cerveira

conseguido dentro da democracia, da lei e da ordem, por meio de um desenvolvimento responsável, proporcionado por um governo honesto e competente.

O regime militar trouxe desenvolvimento ao país.

A nossa posição na economia mundial passou do 46º para o 8º lugar. Nosso PIB chegou a beirar os 12% ao ano. Inauguramos 15 hidroelétricas, gerando 15,8 milhões de kw e construímos a ponte Rio - Niterói, obras que a esquerda chama de faraônicas. Abrimos e asfaltamos estradas. Em 1971 o Brasil tinha três vezes mais estradas do que em 1964. Aumentamos de 60.000 para 450.000 o número de alunos universitários. Criamos o PIS, o Provale, o Prodoeste, o Programa de Aposentadoria ao trabalhador rural, o Funatel, o Proterra e o Programa de Telecomunicações. Criamos a Embratel. Reformamos o ensino. Modernizamos os Correios. Inauguramos a televisão a cores e pela primeira vez foi possível estabelecer uma rede nacional de televisão.

Mas cometemos erros.

Faltou-nos visão política. Faltou discutir e mostrar ao povo o que foi feito. Faltou mostrar o que pretendiam os nossos opositores. Não incentivamos nas escolas e nas universidades, o civismo, o amor e o respeito aos nossos símbolos sagrados. Erramos quando não defendemos os nossos heróis do passado que a esquerda, dentro do seu internacionalismo, procura denegrir e desmoralizar. Faltou fazer a cabeça da nossa juventude. Por incompetência política deixamos que eles dominassem as cátedras, a mídia, e a propaganda enganosa. Eles fizeram a mente do povo e contaram as suas histórias a seu modo, se auto-elogiando e se enaltecendo. Enfim, faltou-nos visão.

Infelizmente não tivemos o mesmo descortino de um Pinochet, que quando assumiu o governo, o Chile era um país atrasado e hoje, graças ao seu legado, está prestes a se tornar um país do primeiro mundo. Muito ao contrário do comunista Fidel, o eterno ditador, tão decantado e elogiado pelo governo e pela esquerda, que transformou Cuba num país atrasado e sem perspectivas de melhores condições de vida para o seu povo.

NC - O senhor acredita que o ex Presidente João Goulart era comunista, ou que pretendia implantar tal regime no Brasil?

BU - *Ele, para mim não era comunista. Era um nacionalista extremado que pensava que poderia continuar governando com os comunistas no poder e, com o apoio deles, estabelecer uma República Sindicalista. Não acreditava no determinismo histórico onde os comunistas primeiro se aliam aos seus correligionários e, depois, os depõem e os fuzilam.*

NC - Houve uma anistia recíproca. Houve um confronto de dois lados armados defendendo suas idéias, julgar quem estava certo naquele momento histórico não é meu papel como pesquisadora. Um lado saiu vitorioso. Foi conquistada uma anistia recíproca para apaziguar a nação, também não discuto isso, até porque de ambos os lados, houve pessoas que não passaram de aproveitadores, como é comum nesses processos revolucionários e contra-revolucionários. Sempre defendi que as indenizações deveriam contemplar os dois lados. Mas um grupo significativo jamais foi anistiado: o dos familiares dos presos políticos desaparecidos, que não receberam os restos mortais de seus familiares. O que o senhor pensa disso?

BU - *Não foi só o grupo dos familiares desaparecidos que não foi anistiado, embora, entre esses familiares estejam muitos dos que morreram em combate nas selvas do Araguaia, cujos corpos ficaram perdidos para sempre na imensidão da mata.*

Nós que combatemos aqueles que queriam impor aqui um regime comunista, também não fomos anistiados. Assassinos, terroristas, seqüestradores, assaltantes, foram anistiados e hoje muito deles estão no governo.

Diga-me, ao menos um, dos que os combateram, que, hoje, não está sendo perseguido.

Eu mesmo, sem provas, estou sendo processado por crimes que não cometi, sem falar na lei da anistia que ainda vigora.

Existem também os inocentes que ficaram mutilados pelos atos terroristas, assim como as famílias dos que morreram em função do combate ao terrorismo.

Também concordo que um erro não justifica o outro. Sempre fui defensor da idéia de que os restos mortais dos desaparecidos, desde que localizados, devem ser entregues às famílias.

NC - Não tenho dúvida de que o Major Cerveira morreu dentro nas dependências de um quartel do Exér-

Rumo à operação Condor

cito Brasileiro. Por que seus restos não são devolvidos para encerrar definitivamente a questão e permitir que sua viúva morra em paz?

BU - *O nosso trabalho era extremamente compartimentado para a segurança das operações. Só tomava conhecimento delas na minha área de atuação. Não posso opinar sobre o desaparecimento do seu pai. Não creio que sua morte tenha ocorrido dentro de um quartel.*

Em outro e-mail a senhora afirma, textualmente, que:

“a testemunha mais crível p/mim de sua morte é um oficial do exército”.

Essa fonte poderia auxiliá-la melhor do que eu, que jamais tive contato ou soube o que aconteceu com o Major Cerveira.

NC – *Devolver esses desaparecidos não demonstraria boa-vontade da parte dos vencedores para com os familiares dos vencidos?*

BU - *Sim. Mas como falei antes, penso que, hoje, ninguém sabe onde estariam os restos mortais dos desaparecidos. Portanto, mesmo que quisessem devolvê-los não teriam como fazê-lo.*

Vamos citar o caso da guerrilha do Araguaia: como transportar, em meio a emboscadas, os mortos em combate? Foram sepultados por lá mesmo. Como localizá-los mais de 30 anos depois, no meio da selva?

E os militantes da guerrilha urbana que portavam documentos falsos quando mortos e que, por lei, tinham que ser enterrados com esses nomes? Ver em “A verdade sufocada” o capítulo “A vala de Perus”.

E os que morreram no exterior, como Jane Vanini, cujos restos mortais só foram encontrados recentemente?

E, especificamente, o seu pai que andou na Argélia, em Cuba, na Argentina – dados colhidos no site desaparecidos políticos -? Segundo esse site, ele teria sido preso na Argentina e recambiado para o Brasil. Onde procurá-lo?

NC - *O Major Cerveira era um oficial do Exército, não discuto também as acusações que pesam sobre ele, porque cada um diz uma coisa diferente. O senhor poderia me ajudar nesse sentido intermediando todas as informações que o Exército possui sobre ele, inclusive sua ficha militar, durante os aproximados 30 anos que ele esteve nas fileiras do exército e as informações posteriores até a sua morte?*

BU - *Todos os militares, quando na atividade, têm os registros de sua vida militar transcritos num documento mensal que se chama Folhas de Alterações. São feitas em 4 vias. Uma fica com o próprio, outra no arquivo da Unidade onde serve, as outras não sei qual o destino final. Quando se passa para a reserva essas folhas não são mais redigidas. Ficam só os arquivos essenciais na Seção de Inativos e Pensionistas. Portanto, caso queira pesquisar a respeito da vida do seu pai quando no Exército, basta ler as Folhas de Alterações dele, que devem estar com sua mãe.*

NC - *Só tenho duas formas de apresentar a verdade: as informações fornecidas pela corporação a que meu pai pertenceu durante tantos anos, e a de grupos radicais, que parecem ter mais acesso que eu, usando o radicalismo. O que o senhor faria em meu lugar?*

BU - *Procuraria por todos os meios, possíveis e impossíveis, descobrir onde estariam os restos mortais do meu pai e caso tivesse sucesso, depositá-los num lugar considerado adequado pela família.*

NC - *Coronel, o senhor já comentou em entrevista que houve alguns excessos na repressão contra os opositores do movimento revolucionário de 1964. Não seria melhor esclarecer esses casos? Isso não colocaria um “ponto final” nessa questão?*

BU - *Infelizmente não coloca nenhum ponto final. Pelo contrário, a imprensa reabre a discussão e, sempre, coloca em dúvida a nossa palavra e só dando crédito a deles.*

Veja o caso da Bete Mendes. Em 1987 escrevi um livro desmentindo, categoricamente, as afirmações dela a respeito da tortura que alega ter sido submetida. A mídia, nem ao menos, procurou investigar e levantar a dúvida sobre as acusações dela.

O caso da Maria Amélia Teles vai no mesmo sentido. Quem me acusa? Cinco pessoas, todos da mesma família, sendo que duas delas, na época dos acontecimentos, tinham 4 e 5 anos. São apoiados em suas acusações por declarações de militantes de organizações subversivo-terroristas que, orquestrados, confirmam suas acusações.

Daqui a 10 ou 20 anos, talvez a imprensa reconheça que sou inocente..

Quase todos os presos que passaram pelo DOI, recebiam ordens das suas organizações para afirmarem

Neusah Cerveira

que foram torturados. Assim, escapavam de uma pena maior, ou eram absolvidos na Justiça. Também, se justificavam perante seus companheiros de organização por tê-los delatado.

O próprio Mario Lago, recentemente falecido, segundo nos conta Jarbas Passarinho, em recente artigo publicado, sempre dizia aos seus correligionários:

“quando saírem da prisão sempre digam que foram torturados”.

Pois bem, quantos livros, nós, combatentes da luta armada, teríamos que escrever, contando cada caso, cujos detalhes, depois de tanto anos não nos recordamos mais, para que a mídia nos dê crédito?

NC - Em sua avaliação, diria que o período que vivemos atualmente no Brasil é semelhante ou até mais grave que o que antecedeu o movimento de 1964?

BU - *Acredito que no momento atual vivemos um período pior que o de 1964 e infelizmente, penso que, mais dia menos dia, isso explodirá. O MST está pronto e adestrado para se tornar as FARC brasileiras. Receio que correrá muito sangue e que muitos brasileiros sejam fuzilados por aqueles que aqui pretendem instalar a nova República Bolivariana.*

NC - E o novo livro, já começou a escrever?

BU - *Quanto a um novo livro, estou pensando. Ainda não resolvi nada. O meu A verdade sufocada ainda está sendo considerado um sucesso de vendas, com mais de 10.000 exemplares vendidos em dez meses, apesar do boicote da mídia e de quase todas as grandes livrarias.*

NC - O senhor está pensando em entrar para a política?

Quanto à política, apesar dos insistentes pedidos que me têm sido feitos, não pretendo me candidatar a nada.

Notas

¹Doutora em História Social pela FFLCH/USP e professora na rede pública estadual do RN. E-mail: ninacerveira@yahoo.com.br

²CERVEIRA, Neusah. Luta armada no nordeste – O PCR (1966/1973). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, defendida na UFRN. Natal, Digitado, 2001.

³DINGES, John. Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo, Cia. das Letras, 2005. DINGES, John e LANDAU, Saul. Assassination on Embassy Row. New York, Pantheon Books, 1980.

⁴CALLONI, S. Operación Condor: Pacto Criminal. México, La Jornada, 2001. ALMADA, Martín. Paraguay: La cárcel olvidada. El país exilado. Assunção, Intercontinental, sem data.

⁵Carlos Lacerda, com o mandato de governador e os direitos políticos cassados, viu seu sonho de ser presidente desabar, junto com seu apoio à “Revolução”, e não era o único arrependido; Lacerda e outros políticos de várias correntes, insatisfeitos, organizaram a “Frente Ampla” em 28 de outubro de 1966, que reivindicava a restauração do poder civil, a preservação da soberania nacional, a retomada do desenvolvimento econômico e a realização de reformas nas estruturas econômica e social.

⁶BRIGAGÃO, Clóvis. BRASIL os Anos do Autoritarismo - A Militarização da Sociedade, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985. Capítulo I.

⁷HELLER, Milton Ivan. Curitiba. Resistência Democrática – A repressão Rio de Janeiro/Curitiba, Editora Paz e Terra, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1988.

⁸GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e Democracia. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

⁹CERVEIRA, Neusah. “A luta armada contra a Insegurança Nacional – O PCR (1966/1968)”, in: SILVA, Marcos (Org.). Brasil, 1964/1968 – A ditadura já era ditadura. São Paulo, LTC, 2006, pp 191/209.

¹⁰Do site de internet: <http://www.identidadecampinas.hpg.ig.com.br/2004/html/direitos/neonazismo.htm> Quem quiser saber mais sobre esse assunto pode ler PEDRIALI, Antonio. Guerreiros das Virgens – A vida secreta da TFP. São Paulo, EMW Editores, 1985.

¹¹PULSAR Brasil - Agência informativa da Amarc/ALC. Martín Almada: “A Operação Condor continua em funcionamento”15/09/2005. O artigo pode ser encontrado em no sítio da internet <http://www.agencia->

pulsar.org/nota.php?id=5866

¹²REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução. Documentos Políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961/1971*. São Paulo, Expressão Popular, sem data.

¹³Uma primeira versão do projeto para minha tese de doutorado foi publicada como Notícia de Pesquisa: CERVEIRA, Neusah. “Asas de sangue – O voo de Condor sobre o Brasil”. Projeto História (Cultura e Poder). São Paulo, PUC-SP, 29: 627/635, dezembro de 2004. Ver também: Id.. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil*. Doutorado em História Social, defendida na FFLCH/USP. São Paulo, digitado, 2007.

¹⁴O apoio das classes médias ao golpe de 64 pode ser melhor estudado com a bibliografia disponível no sítio de internet

http://www.glosk.com/US/Los%20Angeles/11662328/pages/Golpe_Militar_de_1964/15378_pt.htm:

Ver também: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de, e WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, in: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988, pp. 319/409 (História da vida privada no Brasil – 4).

¹⁵DEBRAY, R. *Revolução na revolução*. São Paulo, Centro Ed. Latino americano, [s.d.]

¹⁶GUEVARA, Ernesto. *Textos*. Tradução de Octavio de Aguiar. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

¹⁷CALLADO, Antonio. *De volta às cooperativas da morte* in FURTADO, Celso (Coord.). *Brasil Tempos Modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

¹⁸HELLER, Milton Ivan. *Resistência Democrática – A repressão no Paraná*. Edição citada.

¹⁹SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*. Tradução de Raul Fiker. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

²⁰CERVEIRA, Neusah. “A luta armada contra a Insegurança Nacional – O PCR (1966/1968)”. Edição citada.

²¹RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora UNESP, 1993, p 227.

²²DEBRAY, op. cit..

²³DREIFUSS, René. *1964 – A conquista do estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.

²⁴A Operação Brother Sam foi desencadeada pelo governo dos Estados Unidos, sob a ordem de apoiar os golpistas de 1964 caso houvesse algum imprevisto ou reação por parte dos militares que apoiavam Jango, consistindo de toda a força militar da Frota do Caribe, liderada por um porta-aviões da classe Forrestal da Marinha dos Estados Unidos e outro de menor porte, além de todas as belonaves de apoio requeridas a uma invasão rápida do Brasil pelas forças armadas americanas.

²⁵Quem quiser saber mais sobre o assunto, pode procurar os documentos originais da Operação que estão arquivados na biblioteca Lyndon Johnson, no Texas, EUA.

²⁶KORNBLUH, Peter. *Atrocity and The Pinochet File: A Declassified Dossier on Accountability*, Washington, National Security Archives Ed., 2003.

²⁷Essa definição surgiu durante uma Assembléia realizada em Tóquio a 10 de outubro de 1975.

²⁸BEZERRA, Jarbas Antonio da Silva. *TORTURA*. Natal (RN), Lidador, 2001.

²⁹O cineasta Claude Lanzmann, diretor do filme Shoah, sobre a memória do holocausto, não incluiu nessa obra imagens dos cadáveres e outros horrores dos campos de extermínio, pois as considerou pornográficas. LANZMANN, Claude. *Shoah: An Oral History of the Holocaust: The Complete Text of the Film*. New York, Pantheon Books, 1985.

³⁰CERVEIRA, Neusah. *Luta Armada no Nordeste (1966/1973)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, defendida na UFRN. Natal, Digitado, 2001.

³¹ARNS, D. Paulo Evaristo. *Brasil Nunca Mais*. Um relato para a História. 18ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 260.

³²ARNS, op. cit., p 186.

³³ARNS, op. cit., pp. 659 a 662

³⁴Id., p. 301.

³⁵Id., pp. 442 a 444.

³⁶BEZERRA, op. cit., p. 79.

³⁷Folha de São Paulo. São Paulo, 02/05/87 – caderno A – p 13: “A anistia a torturadores reforça impunida-

Neusah Cerveira

de, diz diretor da AI.” Assinado por Cassia Rocha – tradutora da Folha.

³⁸Essa entrevista com Ustra foi conseguida após um ano de correspondência via Internet e de um encontro pessoal no Clube Militar. O entrevistado autorizou e reconheceu a entrevista (desde que reproduzida na íntegra).